

39629-2009-007-09-00-1 – 4ª Turma

Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER

Publicado no DEJT em 12-11-2010

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER - DEMANDADOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS - PREVENÇÃO CONTRA O VÍRUS DA GRIPE A (H1N1) - IMPROCEDÊNCIA. Sob o argumento de que o ambiente laboral dos estabelecimentos bancários apresenta fatores agravantes de transmissibilidade do vírus Influenza - A (H1N1), o que justificaria a implementação de medidas preventivas com o objetivo de reduzir riscos de contaminação, durante o inverno, no âmbito de atividade laboral da categoria dos bancários, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública visando impor obrigação de fazer e não fazer aos estabelecimentos bancários (v.g., promover o monitoramento do fluxo de pessoas nas agências bancárias a fim de evitar aglomerações, limitar o ingresso de clientes por atendimento de cada empregado, impor filas internas com distanciamento mínimo de 2 metros entre os usuários e a permanência máxima de clientes por 20 minutos). A presente ação perdeu seu objeto, já que as obrigações de fazer e não fazer estariam restritas apenas aos períodos de maior risco de contágio indicados pelas autoridades sanitárias, ou seja, inverno de 2009 e inverno de 2010, estações que já se findaram. Assim, afigura-se desnecessária a imposição de medidas preventivas ora pretendidas pelo Ministério Público. Ademais, é público e notório o fato de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu que chegou ao fim a propagada e alardeada pandemia da gripe tipo A (Influenza A) provocada pelo vírus H1N1, conforme amplamente noticiado pelos meios de comunicação, em agosto/2010.